

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

AMANDA RODRIGUES DIAS

**A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL E SEUS IMPACTOS SOBRE  
ALGUMAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

CURITIBA

2014

AMANDA RODRIGUES DIAS

**A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL E SEUS IMPACTOS SOBRE  
ALGUMAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Demian Castro

CURITIBA

2014

## TERMO DE APROVAÇÃO

AMANDA RODRIGUES DIAS

### A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL E SEUS IMPACTOS SOBRE ALGUMAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

---

Prof. Dr. Demian Castro

Orientador - Departamento de Economia, UFPR

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Denise Maria Maia

Departamento de Economia, UFPR

---

Prof. Dr. Fernando Motta Correia

Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 11 de Junho de 2014

## RESUMO

O Brasil passa atualmente por uma transição demográfica provocada pela redução da natalidade e mortalidade, gerando um aumento da expectativa de vida e consequente envelhecimento da população, o que acarreta em uma modificação da sua estrutura etária. Essa alteração traz uma série de implicações e oportunidades para as áreas de economia, saúde, comércio e serviços, educação, previdência social e mercado de trabalho. Os três últimos são o foco deste trabalho. Para que o país possa usufruir do bônus demográfico nesta primeira metade do século XXI, faz-se necessária a implementação de políticas públicas que propiciem o seu aproveitamento, caso contrário, ele poderá passar despercebido e a pressão fiscal sobre o setor previdenciário poderá aumentar de forma crítica para os cofres públicos. A situação atual é propícia para melhorar a qualidade do sistema de educação de base. Além disso, o crescimento da população em idade ativa, consequência do bônus, pode render ao país um aumento nos níveis de poupança, investimento e produção. É muito importante aproveitar esse momento singular, pois a janela de oportunidades se abre somente uma vez para cada país.

**Palavras chave:** Transição demográfica. Envelhecimento. Bônus demográfico. Políticas públicas. Janela de oportunidades.

## **ABSTRACT**

Brazil is currently undergoing a demographic transition caused by the reduction in fertility and mortality, resulting an increase in life expectancy and an aging population, which results in a change in its age structure. This change brings a series of implications and opportunities for the areas of economics, health, trade and services, education, social security and the labor market. The last three ones are the focus of this work. So that the country can take advantage of the demographic bonus in the first half of this century, it is necessary to implement public policies that favor their use, otherwise it may go unnoticed and the fiscal pressure on the pension sector may increase critically to the public coffers. The current situation is propitious to improve the quality of the basic education system. Moreover, the growth of the working age population, as a result of the bonus, the country can yield an increase in the levels of saving, investment and production. It is very important to seize this unique moment, because the window of opportunity opens only once for each country.

**Keywords:** Demographic Transition. Aging. Demographic bonus. Public policy. Window of opportunity.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - RAZÃO DE DEPENDÊNCIA DEMOGRÁFICA E POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, BRASIL: 1950-2050 .....	17
FIGURA 2 - POPULAÇÃO MUNDIAL, 1950-2100, DE ACORDO COM DIFERENTES VARIANTES E PROJEÇÕES.....	19
FIGURA 3 - EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER MUNDIAL E PARA OS GRUPOS DE DESENVOLVIMENTO.....	25
FIGURA 4 - TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL: 1972-2050 .....	29
FIGURA 5 - PIRAMIDES ETÁRIAS BRASILEIRAS: 1950, 1980, 2000 E 2050 .....	30
FIGURA 6 - RENDA INDIVIDUAL DE TODAS DE TODAS AS FONTES E RENDA FAMILIAR DE PESSOAS COM DIVERSOS NIVEIS EDUCACIONAIS .....	33

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - A POPULAÇÃO MUNDIAL, NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO E ÁREAS GEOGRÁFICAS, 1950, 1980, 2013, 2050 E 2111, DE ACORDO COM DIFERENTES VARIANTES .....	21
TABELA 2 - ESTIMATIVA E PROJEÇÃO DA FERTILIDADE MUNDIAL, GRUPOS DE DESENVOLVIMENTO E ÁREAS GEOGRÁFICAS, PARA PERÍODOS SELECIONADOS E DIFERENTES E VARIANTES .....	23
TABELA 3 - EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER MUNDIAL, PARA OS GRUPOS DE DESENVOLVIMENTO E ÁREAS GEOGRÁFICAS, 2005-2010, 2045-2050 E 2095-2100 .....	24
TABELA 4 - IDADE MEDIANA MUNDIAL, PARA OS GRUPOS DE DESENVOLVIMENTO E ÁREAS DEMOGRÁFICAS, 1950, 1980, 2013, 2050 E 2100, VARIANTE MÉDIA .....	26

## **LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS**

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PEA – População economicamente ativa

PIA – População em idade ativa

PIB – Produto Interno Bruto

Pnad – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

RD – Razão de Dependência

TBM – Taxa bruta de mortalidade

TBN – Taxa bruta de natalidade

UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2 O DEBATE DEMOGRÁFICO DO SÉCULO XVIII</b> .....	11
2.1 MALTHUS E O ENSAIO SOBRE A POPULAÇÃO .....	11
2.2 O OTIMISMO DO MARQUÊS DE CONDORCET .....	13
<b>3 A TEORIA DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA</b> .....	15
3.1 O CONCEITO DE TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA .....	15
3.2 O BÔNUS DEMOGRÁFICO .....	17
3.3 A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO CONTEXTO INTERNACIONAL .....	19
3.4 A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL .....	28
<b>4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS</b> .....	32
4.1 EDUCAÇÃO .....	33
4.2 PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	36
4.3 MERCADO DE TRABALHO .....	39
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	41
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	43

## 1 INTRODUÇÃO

Assim como diversos países em desenvolvimento, o Brasil iniciou seu processo de transição demográfica, caracterizada pelas reduções nas taxas de fecundidade e mortalidade, alterando as razões de dependência entre as populações idosa e jovem, que consomem mais do que produzem, e a da população adulta ou em idade ativa, que produz mais do que consome. Essa fase de transição proporciona o chamado bônus demográfico ou janela de oportunidades, onde o aumento da população em idade ativa acarretado por essas mudanças pode gerar diversos benefícios para o país. No entanto, caso a política econômica não seja favorável ao seu aproveitamento, ele pode passar despercebido. Após “fechada” a janela de oportunidade, considera-se o fim da transição demográfica, onde se obtém como resultado o aumento da proporção de idosos em relação aos jovens e uma taxa de reposição da população constante, nula ou até mesmo decrescente, como ocorre em alguns países europeus.

O envelhecimento da população acarretado por essa transição demográfica desencadeia uma série de consequências e novos desafios socioeconômicos para o país. Ocorre o surgimento ou alterações da demanda de diversos produtos e serviços, como turismo, lazer, educação, a oportunidade de novos nichos de mercado, aumento das demandas na área da saúde, alterações no perfil de consumo e preferências das famílias, novas demandas de planejamento urbano, políticas públicas, e também a redução da população em idade ativa, que constitui a força de trabalho, ocasionada pela redução das taxas de natalidade.

Este trabalho tem por objetivo analisar os impactos econômicos dessa alteração na composição da população no campo das políticas públicas voltadas para educação, previdência social e mercado de trabalho. Conforme mencionado, o período do bônus demográfico é único e pode ser desperdiçado caso essas políticas não sejam adaptadas para as mudanças na estrutura etária da população. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima que até 2050 o Brasil tenha concluído sua transição demográfica. Brito (2007) coloca uma questão

importante para essa análise: para os demógrafos, meio século é considerado curto prazo, mas no âmbito da formulação de políticas públicas, é uma eternidade.

A velocidade da transição no Brasil e em diversos países da América Latina é muito maior do que foi vivenciado por vários países europeus e alguns asiáticos. Segundo o Banco Mundial (2011), é necessário adotar o quanto antes o quadro institucional e de políticas públicas porque as instituições demoram para absorver os ajustes e também porque os idosos de 2050 são os ingressantes na força de trabalho hoje e as regras do sistema atual influenciam suas decisões.

A primeira parte deste trabalho apresenta uma breve explicação do debate sobre a questão demográfica já no século XVIII, entre o pastor anglicano Thomas Malthus, conhecido pelo pessimismo acerca do crescimento da população, e o iluminista Marquês de Condorcet, que apresentava uma visão positiva com relação à questão demográfica. Em seguida é apresentada a Teoria da Transição Demográfica, suas fases e alguns conceitos importantes para seu entendimento, como o de bônus demográfico, no item subsequente. A seção seguinte mostra o panorama internacional da transição, para que logo após, seja feita a análise do caso brasileiro, onde se expõe como a transição vem ocorrendo no país. Finalmente são explorados os seus impactos sobre as políticas públicas nas áreas de educação, previdência social e mercado de trabalho e quais são as oportunidades para o aproveitamento desse fenômeno.

## 2 O DEBATE DEMOGRÁFICO DO SÉCULO XVIII

### 2.1 MALTHUS E O ENSAIO SOBRE A POPULAÇÃO

Muito se discute nos dias atuais sobre as implicações do crescimento demográfico mundial e suas conseqüências. Em 2013, atingimos a marca de sete bilhões de habitantes no planeta, e a previsão é de que em 2050, sejamos em torno de 9,6 bilhões, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU, 2012). Esse crescimento não era possível na visão do pastor anglicano Thomas Robert Malthus (1766-1834), que pregava uma visão pessimista acerca do futuro da humanidade ao analisar o crescimento populacional.

Sua obra de maior relevância foi publicada em 1798, o *“Primeiro Ensaio sobre o Princípio de População”*, conhecido também como *“Ensaio sobre o princípio de população e seus efeitos sobre o aperfeiçoamento futuro da sociedade, com observações sobre as especulações de Mr. Godwin, Mr. Condorcet e outros autores”*. Ela era uma crítica as visões iluministas da época e sofreu forte influência das convicções religiosas do pastor.

A Teoria Malthusiana possui dois postulados: o alimento é necessário para a existência do homem; e a paixão entre os sexos é necessária e permanecerá aproximadamente em seu estágio atual. (ALVES, 2002). O fruto desses dois postulados da origem a famosa “lei” malthusiana, responsável pela fome e pela miséria entre a população mundial: “(...) a população, quando não controlada, cresce numa progressão geométrica, e os meios de subsistência numa progressão aritmética.” (MALTHUS<sup>1</sup>, 1983, *apud* ALVES, 2002).

No entanto, segundo Alves (2002), as conclusões alcançadas por Malthus possuem dados inconsistentes, visto que ele analisou a população dos Estados Unidos, que crescia vertiginosamente e possuía meios de subsistência abundantes, e utilizou os dados dos alimentos na Inglaterra, cuja oferta não era significativa como a do país norte americano. Além disso, ele se baseia em convicções religiosas e

---

<sup>1</sup> MALTHUS, T. R. **Ensaio sobre a População**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os economistas).

princípios bíblicos para afirmar que os casais continuarão a ter muitos filhos, e ignora qualquer método de controle de natalidade.

Malthus não leva em consideração qualquer possibilidade de progresso técnico na produção de alimentos. Para ele, a fome e a miséria eram “freios positivos” necessários para controlar a população. Na época em que o *Ensaio* foi escrito, a Inglaterra sofria com as conseqüências dramáticas da Revolução Industrial. A mecanização no setor agrícola provocou o êxodo de trabalhadores para as grandes cidades, aumentando o número de desempregados e contribuindo para a redução dos salários reais nas cidades. (MALTHUS, 1986).

O pastor também cita em sua obra os “freios preventivos”, onde os homens que se considerassem impossibilitados de sustentar uma família adiariam o casamento para outra oportunidade. Para ele, o bom cristão estaria condenado a total abstinência sexual, uma vez que o sexo fora do casamento era inadmissível, sempre que impossibilitado de contrair matrimônio por questões financeiras. (MALTHUS, 1986).

É com base nessas ideias que Malthus condenava a Lei dos Pobres aprovada pelo Parlamento Inglês, onde os estes poderiam ser enviados a “casas de trabalho” e recebiam o indispensável para não morrer de fome. Segundo ele, essa política estimulava o casamento entre pessoas despreparadas, pois as mesmas não teriam preocupação com a miséria sabendo da existência do auxílio oferecido pelo Estado. Da mesma forma, ele era contra a assistência dos ricos aos pobres, pois aqueles poderiam empobrecer e piorar a situação geral da sociedade ao distribuir seu dinheiro. Além disso, o pobre que recebe donativos compra alimentos de uma produção que não foi aumentada pelo seu trabalho, fato que poderia acarretar em um aumento geral de preços e conseqüente aumento da miséria. (MALTHUS, 1986).

Apesar da grande influência da teoria malthusiana até meados do século XX, fica claro que suas principais previsões não se concretizaram, muito em função dos grandes avanços nas técnicas agrícolas, no aumento de produtividade das fábricas e no desenvolvimento das condições de trabalho e higiene. Os trabalhadores conquistaram diversos direitos que proporcionaram condições mais dignas e as Nações desenvolveram formas de apoio aos desamparados sem que isso prejudicasse a produção e afetasse de maneira significativa os preços. É possível

afirmar que o problema não está no número de pessoas e sim na forma de distribuição e de aproveitamento dos recursos naturais. Ainda no século XXI a distribuição de alimentos ao redor do planeta não se dá de forma igualitária e não supre as necessidades de todas as nações. Ainda existem países muito atrasados, principalmente na África, onde a população sofre com a mesma fome e miséria relatadas por Malthus e onde controle de natalidade é muito precário.

Independente de suas convicções, é inegável que a questão proposta por Malthus ainda é fonte de preocupação nos dias atuais. Muito se discute a respeito do crescimento elevado da população ao redor do mundo e quais serão seus impactos para as economias dos países.

## 2.2 O OTIMISMO DO MARQUÊS DE CONDORCET

Assim como Malthus, o Marquês de Condorcet, como era conhecido o filósofo e matemático Marie Jean Antonie Nicolas de Caritat (1743-1794), viveu no Século das Luzes ou Iluminismo, movimento do século XVIII que tinha como principal ideal o uso da razão e o combate aos abusos do Estado e da Igreja. E foi sob influência desse movimento, que na cadeia, o francês escreveu seu *“Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano”*, entre julho de 1793 e março de 1794.

A obra apresenta uma visão otimista da humanidade, acredita no avanço tecnológico e também da habilidade dos homens, além do aumento da produtividade agrícola. Alves resume as idéias de Condorcet:

Em síntese, ele acreditava num mundo melhor no qual houvesse bem-estar para todos, com liberdade, justiça e aperfeiçoamento constante e indefinido, ou seja, a miséria, as epidemias, as guerras e a fome poderiam ser vencidas através da intervenção consciente do ser humano. (ALVES, 2002, p. 13).

Ao contrário do que defendia o pastor anglicano, Condorcet propôs a criação de “Caixas de Socorro e Poupança”, um auxílio para que a pobreza deixasse de ser humilhante e corruptora. Para Malthus, seus efeitos seriam semelhantes aos da Lei dos Pobres na Inglaterra, e rebate a proposta do marquês com o seguinte questionamento:

Se os ociosos e negligentes são colocados no mesmo pé de igualdade em relação a seus créditos e ao sustento futuro de suas esposas e famílias, da mesma forma que os ativos e trabalhadores, podemos esperar ver os homens exercerem aquela animada atividade em melhorar sua condição, que hoje forma a principal causa da prosperidade pública? (MALTHUS, 1986).

Condorcet acreditava na evolução permanente da sociedade, de estágios mais atrasados aos mais avançados, onde o progresso tecnológico proporcionaria um aumento da precisão dos produtos e redução do tempo de trabalho necessário para obtê-los, ao mesmo tempo em que defendia o aumento da produtividade agrícola, com melhor utilização e aproveitamento do solo. Segundo Kieling (2009), “Ele acreditava no crescimento individual das pessoas, na reforma das instituições e nas revoluções sociais.”

As ideias de Condorcet estão muito ligadas ao fenômeno da transição demográfica. De certa forma, ele antecipou a mudança ao prever a redução das taxas de mortalidade e aumento da expectativa de vida através dos avanços da medicina e da ordem social, e também a queda da natalidade, uma vez que para ele, não cabe aos pais apenas dar a existência aos seus filhos, mas também proporcionar-lhes felicidade e bem-estar. (ALVES, 2002). Esta última colocação contradiz as afirmações de Malthus de que não cabe aos casais fazer qualquer tipo de controle da natalidade. Para o marquês, o homem é racional e busca seu bem-estar, dessa forma, as previsões de Malthus não poderiam se concretizar do ponto de vista Iluminista.

### 3 A TEORIA DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA

#### 3.1 O CONCEITO DE TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA

A transição demográfica é caracterizada pela alteração na composição etária da população, onde se diminui o número de jovens e ocorre um envelhecimento da população, com o aumento do contingente idoso. O termo foi cunhado pelo demógrafo americano Warren Thompson (1887-1973) em 1929. Essa transição pode ser observada nas pirâmides etárias dos países, que são divididas por *coortes* ou grupos etários em intervalos de cinco anos. As pirâmides com base mais larga e topo mais estreito (formato real de pirâmide) mostram países com altas taxas de natalidade e mortalidade, visto que o número de crianças e jovens é alto e cai consideravelmente ao longo dos anos. Esses países encontram-se em um estágio ainda inicial de transição. Países desenvolvidos, que já concluíram sua transição, possuem pirâmide em formato mais retangular, ou seja, uma base mais estreita que reflete as menores taxas de natalidade, e o topo mais largo refletindo a alta população de idosos.

O processo descrito por Thompson é dividido em quatro fases:

- I. A primeira fase, fase pré-moderna ou pré-transição demográfica, é caracterizada por altas taxas de mortalidade e natalidade, com consequente baixo crescimento vegetativo.<sup>2</sup> A população é predominantemente jovem.
- II. Em um segundo momento, inicia-se a fase de transição demográfica, onde as taxas de mortalidade começam a cair. Essa fase também é chamada de fase moderna.
- III. Na fase denominada Industrial madura, inicia-se uma queda das taxas de natalidade, gerando incrementos populacionais decrescentes. A queda da mortalidade continua ocorrendo nessa fase.

---

<sup>2</sup> Diferença entre os nascimentos e mortes, ou entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade.



- IV. Na última fase, caracterizada como fase pós-industrial ou pós-transição demográfica, os índices de natalidade e mortalidade se estabilizam, gerando um crescimento populacional pequeno e lento.

Existem autores que já propõem uma quinta fase, onde a mortalidade supera a natalidade e o crescimento populacional se torna negativo. Alguns países da Europa já enfrentam as dificuldades desse crescimento negativo, como a carência de mão de obra ingressante no mercado de trabalho e os altos custos para a manutenção dos idosos.

Alves (2008) coloca que a redução da mortalidade ocorreu por dois motivos principais: a melhoria do padrão de vida em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas e das inovações médicas, programas de saúde pública, acesso ao saneamento básico e melhoria da higiene pessoal. Ao discorrer sobre a redução da natalidade, o autor afirma que a mesma só ocorreu de forma voluntária devido às mudanças de comportamento das massas e perda de influência do fatalismo religioso. Nas últimas décadas o uso de métodos contraceptivos ganhou mais adeptos e a maior inserção das mulheres no mercado, seja em função da busca do sucesso profissional, seja pela necessidade de contribuir para a renda familiar, adia cada vez mais os planos de gravidez,

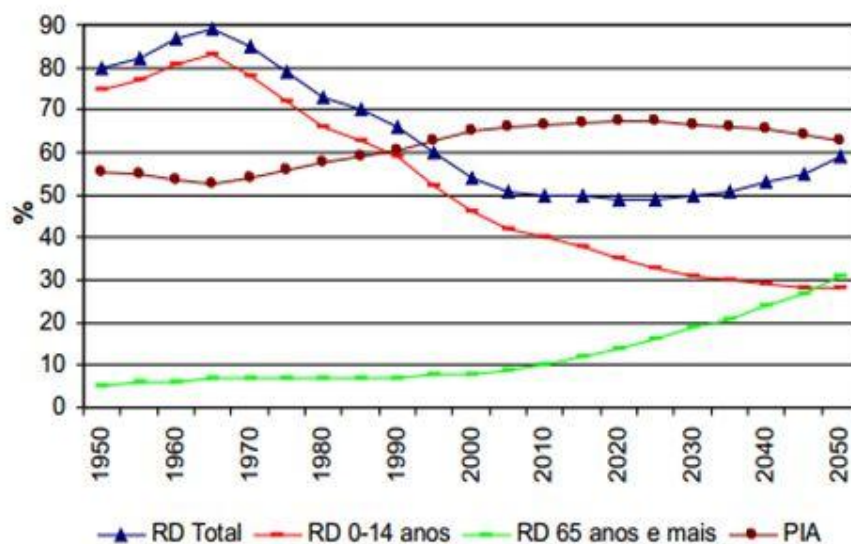
A Organização das Nações Unidas (ONU) define como crianças e adolescentes, a população de 0 a 14 anos. Os adultos compõem a faixa de 15 a 64 anos e os idosos, acima de 65 anos. As populações jovens e idosas são consideradas dependentes, enquanto a faixa intermediária compõe a população potencialmente produtiva ou em idade ativa.

Um termo amplamente utilizado nessa discussão é o de Razão de Dependência (RD). Seu conceito básico leva em consideração a soma de crianças, adolescentes e idosos sobre a população em idade ativa (PIA). Essa é a razão de dependência total, que mostra a relação entre a parcela da população que produz mais do que consome (adultos) e a parcela dependente. No entanto, ela pode ser explorada de diversas formas. É possível calcular a razão de dependência entre contribuintes e não contribuintes do sistema previdenciário, ou a RD entre a população ocupada e não ocupada. Ela também pode ser separada por faixas etárias, definindo assim a RD dos idosos e RD dos jovens separadamente.

### 3.2 O BÔNUS DEMOGRÁFICO

O bônus demográfico ou janela de oportunidade é caracterizado por uma porcentagem da PIA superior à razão de dependência total, ou seja, quando a proporção da parcela da população que produz mais do que consome (adultos) é maior com relação a população que consome mais do que produz (crianças e idosos). É nesse momento em que são gerados recursos adicionais que podem ser revertidos em poupança, investimento e desenvolvimento econômico caso a situação econômica seja favorável ao aproveitamento desse bônus. A janela de oportunidade se encerra quando a razão de dependência passa a ser novamente superior a porcentagem da PIA.

FIGURA 1 - RAZÃO DE DEPENDÊNCIA DEMOGRÁFICA E POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, BRASIL: 1950-2050



FONTE: ALVES (2008).

No gráfico acima é possível observar que a razão de dependência dos jovens vem sofrendo decréscimo desde a década de 1970, devido ao período de início da queda da natalidade no país. Essa redução contrabalançou o aumento da população idosa, permitindo que, desde a década de 1990, a porcentagem da PIA fosse superior a razão de dependência total. Somente a partir de 2050 a RD dos idosos

superará a RD das crianças e adolescentes e teremos as porcentagens da PIA e da RD total muito próximas. Esse período de 1990 a 2050, onde a RD total é inferior a PIA é denominado janela de oportunidade ou período de bônus demográfico. A partir de 2025 a janela começa a se fechar, muito em função do aumento da RD dos idosos. Quanto mais rápida é a transição demográfica, menor é o período de bônus.

Além do conceito de bônus, que relaciona fenômenos puramente demográficos, existe o conceito de dividendo demográfico, que explora os retornos econômicos relacionados ao bônus, ou seja, ao contrário do primeiro ele depende da situação econômica do país.

O primeiro dividendo está ligado ao aumento da oferta de trabalho, que ocorre durante o período em que a RD é mínima e a PIA alcança grande expressividade com relação às demais coortes. Ele é medido pelo aumento do crescimento do produto interno bruto (PIB) causado pela ampliação da população em idade de trabalho, e tem início e fim delimitados. Segundo o Banco Mundial (2011), esse fenômeno não é uma garantia de melhora no padrão de vida, e sim mais uma janela de oportunidade, visto que se a economia não estiver aquecida, com oferta de postos de trabalho, ele pode ser desperdiçado.

O segundo dividendo começa um pouco depois do primeiro e, ao contrário deste, continua indefinidamente. Ele se relaciona com o aumento do capital físico e humano e surge pelo fato de que mudanças na estrutura da população (seu envelhecimento) induzem os indivíduos, firmas e governo a acumular capital. De forma semelhante ao primeiro, este também precisa de condições econômicas favoráveis para prosperar. Assume-se que com o aumento da expectativa de vida, a população em idade ativa terá um estímulo maior a poupar para consumir durante a velhice.

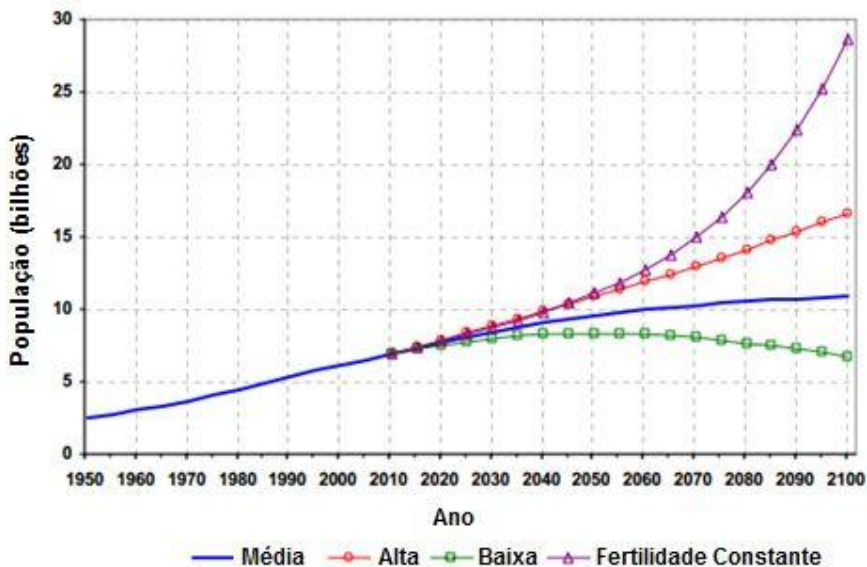
### 3.3 A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO CONTEXTO INTERNACIONAL

O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) afirma que, globalmente, as pessoas estão mais jovens – e mais velhas – que antes. Nos países mais pobres, ainda perpetuam altas taxas de fecundidade que dificultam o combate a pobreza, enquanto alguns dos mais ricos enfrentam carência de mão de obra ingressante no mercado de trabalho devido ao pequeno número de filhos por mulher, além da preocupação com a viabilidade dos sistemas previdenciários. Embora haja progresso na redução da extrema pobreza, a distância entre ricos e pobres vem se ampliando em quase todos os lugares do mundo. (UNFPA, 2011).

Para saltarmos dos 7 bilhões atuais para os 9,6 bilhões estimados para a metade do século, a ONU se baseou em uma variante média onde se assume um declínio da fertilidade em países onde as famílias ainda são numerosas, mas também um aumento na fertilidade daquelas que tem hoje menos de dois filhos por mulher. (ONU, 2012). Em alguns desses países o governo incentiva de diversas formas aquelas famílias que optam por ter mais de um filho.

O gráfico abaixo mostra as projeções para o crescimento da população para as variantes baixa, média, alta e no caso da fertilidade se manter constante.

FIGURA 2 - POPULAÇÃO MUNDIAL, 1950-2100, DE ACORDO COM DIFERENTES VARIANTES E PROJEÇÕES



FONTE: World Population Prospects: The 2012 Revision (2013)

De acordo com o a variante média, é possível observar que após 2100 a taxa de crescimento da população apresenta uma tendência a estabilidade. A tendência é de que os países desenvolvidos forcem essa curva para baixo, enquanto os países em desenvolvimento como um todo ainda continuarão, mesmo que de forma mais moderada, forçando o crescimento para cima.

Na tabela 1, é possível observar esse crescimento populacional em números, para as regiões estratificadas em nível de desenvolvimento e também para as seis áreas demográficas do planeta:

TABELA 1 - A POPULAÇÃO MUNDIAL, NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO E ÁREAS GEOGRÁFICAS, 1950, 1980, 2013, 2050 E 2111, DE ACORDO COM DIFERENTES VARIANTES

Grupo de desenvolvimento ou macrorregião	População (em milhões)			População em 2050 (milhões)				População em 2100 (milhões)			
	1950	1980	2013	Baixa	Média	Alta	Fertilidade constante	Baixa	Média	Alta	Fertilidade constante
Mundo	2526	4449	7162	8342	9551	10868	11089	6750	10854	16641	28646
Regiões mais desenvolvidas	813	1083	1253	1149	1303	1470	1268	801	1284	1960	1152
Regiões menos desenvolvidas	1713	3366	5909	7193	8248	9398	9821	5949	9570	14682	27494
Países menos desenvolvidos	195	393	898	1594	1811	2043	2552	1944	2928	4266	13590
Países em desenvolvimento	1518	2973	5011	5599	6437	7355	7269	4005	6642	10416	13904
Africa	229	478	1111	2119	2393	2686	3210	2826	4185	6007	17221
Asia	1396	2634	4299	4482	5164	5912	5805	2739	4712	7558	8971
Europa	549	695	742	622	709	804	673	383	639	1005	508
América Latina e Caribe	168	364	617	674	782	902	885	420	736	1215	1298
America do Norte	172	255	355	395	446	500	453	335	513	754	535
Oceania	13	23	38	50	57	64	62	46	70	102	114

FONTE: World Population Prospects: The 2012 Revision (2013).

Considerando a variante média, o crescimento na população das regiões menos desenvolvidas será muito expressivo. Atualmente, sua população é de 5,9 bilhões e estima-se que em 2050, será de 8,2 bilhões, composta principalmente por adultos e idosos. Esse crescimento será mais dramático para os países menos desenvolvidos do globo, que na metade do século, representarão 1,8 bilhões de habitantes, praticamente o dobro do número atual. (ONU, 2012).

Em contraste, a população dos países mais desenvolvidos, saltará dos atuais 1,25 bilhões para 1,28 bilhões em 2100, número inferior ao montante dos países menos desenvolvidos do mundo.

Grande parte desse crescimento populacional ocorrerá em locais com taxas de natalidade ainda elevadas, principalmente na África, e também naqueles com grande população, como no caso da Índia, Indonésia, Paquistão, Filipinas e Estados Unidos. (ONU, 2012).

Nos países menos desenvolvidos, a transição demográfica ainda esta em fase inicial. Eles possuem uma grande população de jovens e crianças, aproximadamente 26% do total. Isso representa um grande desafio no fornecimento de educação de qualidade e emprego para o alto número de ingressantes no mercado de trabalho. Essa marca é ainda mais expressiva no grupo dos países menos desenvolvidos do mundo, onde a parcela de crianças com menos de 15 anos corresponde a 40% do total. (ONU, 2012)

Já naqueles com a transição demográfica avançada ou completa, a parcela de crianças e jovens correspondem a 16% e 12% do total, respectivamente. A maioria desses países possui taxa de natalidade abaixo da taxa de reposição (2,1 filhos). No entanto isso tem mudado ao longo dos anos. A fertilidade entre 2000 e 2010 cresceu de 1,58 para 1,66 filhos, mas ainda existem 26 países onde a taxa se encontra abaixo de 1,5 filhos por mulher. (ONU, 2012).

A Tabela 2 mostra a projeção da natalidade para 2050 e 2100 para o mundo, regiões de desenvolvimento e áreas geográficas:

TABELA 2 - ESTIMATIVA E PROJEÇÃO DA FERTILIDADE MUNDIAL, GRUPOS DE DESENVOLVIMENTO E ÁREAS GEOGRÁFICAS, PARA PERÍODOS SELECIONADOS E DIFERENTES E VARIANTES

Grupo de desenvolvimento ou macrorregião	População (em milhões)			2045-2050				2095-2100			
	1970-1975	1990-1995	2005-2010	Baixa	Média	Alta	Fertilidade constante	Baixa	Média	Alta	Fertilidade constante
Mundo	4.44	3.04	2.53	1.78	2.24	2.71	3.28	1.51	1.99	2.4	4.61
Regiões mais desenvolvidas	2.15	1.67	1.66	1.36	1.85	2.35	1.74	1.43	1.93	2.43	1.84
Regiões menos desenvolvidas	5.36	3.38	2.69	1.83	2.29	2.76	3.45	1.52	1.99	2.48	4.71
Países menos desenvolvidos	6.75	5.77	4.53	2.40	2.87	3.34	5.17	1.63	2.11	2.60	5.76
Países em desenvolvimento	5.18	3.08	2.40	1.62	2.09	2.57	2.85	1.45	1.93	2.42	3.73
Africa	6.66	5.71	4.88	2.61	3.09	3.58	5.30	1.65	2.12	2.61	5.71
Asia	4.99	2.96	2.25	1.39	1.89	2.38	2.58	1.35	1.85	2.35	3.16
Europa	2.17	1.57	1.54	1.31	1.80	2.30	1.56	1.39	1.89	2.40	1.63
América Latina e Caribe	5.02	3.02	2.30	1.34	1.83	2.33	2.44	1.35	1.85	2.34	2.70
America do Norte	2.01	2.00	2.02	1.47	1.97	2.47	2.02	1.48	1.98	2.48	2.03
Oceania	3.23	2.49	2.47	1.60	2.09	2.59	2.70	1.41	1.91	2.40	3.22

FONTE: World Population Prospects: The 2012 Revision (2013).



Entre 2005-2010, os 75 países com taxas de natalidade abaixo da taxa de reposição, incluindo Brasil e China, correspondiam a 48% da população mundial. (ONU, 2012). É possível verificar que na Europa como um todo e na América do Norte a taxa de reposição não é alcançada em 2010. Considerando a variante média, em 2050 apenas a África terá uma fertilidade acima de 2,1 filhos por mulher.

A transição demográfica nos países subdesenvolvidos ocorre de forma muito mais acelerada do que nos desenvolvidos. Enquanto a expectativa de vida ao nascer elevou-se em 11 anos entre 1950 e 2010 nestes últimos, nas regiões em desenvolvimento, o aumento foi de 19,5 anos para o mesmo período. (UNFPA, 2011).

A tabela 3 mostra as projeções para a expectativa de vida ao nascer no mundo, por grupos de desenvolvimento e para as áreas geográficas.

TABELA 3 - EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER MUNDIAL, PARA OS GRUPOS DE DESENVOLVIMENTO E ÁREAS GEOGRÁFICAS, 2005-2010, 2045-2050 E 2095-2100

Área Geográfica	2005-2010	2045-2050	2090-2100
Mundo	68.7	75.9	81.8
Regiões mais desenvolvidas	76.9	82.8	88.9
Regiões menos desenvolvidas	67.0	74.8	80.8
Países menos desenvolvidos	58.4	70.4	77.6
Países em desenvolvimento	68.8	76.0	82.2
África	55.6	68.9	77.1
Ásia	70.3	76.9	83.0
Europa	75.3	81.3	87.9
América Latina e Caribe	73.4	81.8	87.9
América do Norte	78.4	83.7	89.0
Oceania	76.8	81.7	86.6

FONTE: World Population Prospects: The 2012 Revision (2013).

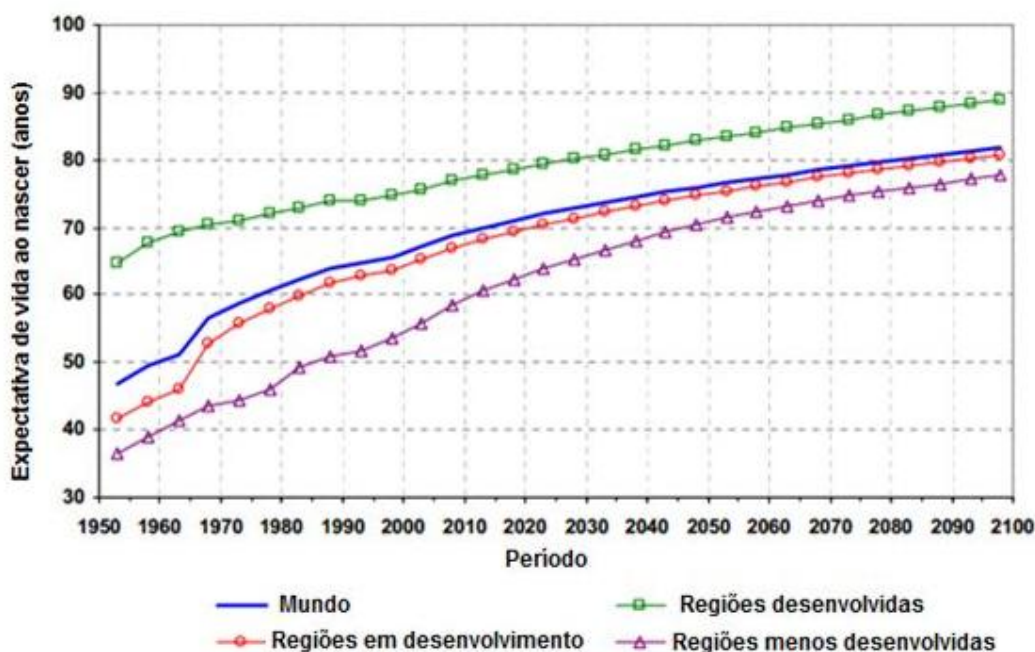
Atualmente “[...] a população de idosos esta crescendo a uma taxa de 2,6% ao ano, consideravelmente mais rápido que a população como um todo.” (UNFPA, 2011, p. 34). Dados de 2012 mostram que uma em cada nove pessoas no mundo é idosa e estima-se que essa proporção seja de uma em cada cinco em 2050. Hoje

apenas o Japão tem uma população com mais de 30% de idosos, já em 2050, estima-se que haverá mais 64 países nesse grupo. (UNFPA, 2012).

Segundo a ONU, nos países mais desenvolvidos, 23% da população é composta por idosos e em 2050, o número será de 32%. Nesses locais, a parcela de idosos já ultrapassa a de crianças e em 40 anos, eles serão o dobro. Já nos países em desenvolvimento em geral, a parcela idosa da população é de 9% e irá dobrar até a metade do século, para 19%.

O gráfico 3 mostra a evolução da expectativa de vida ao nascer para o mundo e suas regiões de desenvolvimento.

FIGURA 3 - EXPECTATIVA DE VIA AO NASCER MUNDIAL E PARA OS GRUPOS DE DESENVOLVIMENTO



FONTE: World Population Prospects: The 2012 Revision (2013)

A expectativa de vida mundial é muito próxima da expectativa para os países em desenvolvimento, cuja evolução é a mais expressiva entre os três grupos, saltando de aproximadamente 40 anos da década de 1950 para 80 no final do século XXI. Apesar do crescimento considerável dos dois grupos menos

desenvolvidos, a expectativa de vida dos países desenvolvidos se mantém consideravelmente superior durante todo o período analisado.

O conceito de idade mediana é utilizado para medir o envelhecimento populacional dos países e é baseado na idade que divide a população em duas metades iguais. A idade mediana mundial crescerá de 29 pra 36 anos entre 2013 e 2050. Na Europa, ela chegará a 46 anos na metade do século. (ONU, 2012). Já para os países com transição mais atrasada, como os africanos, essa idade será de aproximadamente 25 anos em 2050, o que representa uma população relativamente jovem.

TABELA 4 - IDADE MEDIANA MUNDIAL, PARA OS GRUPOS DE DESENVOLVIMENTO E ÁREAS DEMOGRÁFICAS, 1950, 1980, 2013, 2050 E 2100, VARIANTE MÉDIA

Grupo de desenvolvimento ou área geográfica	Idade mediana (anos)				
	1950	1980	2013	2050	2100
Mundo	23.5	22.6	29.2	36.1	41.2
Regiões mais desenvolvidas	28.5	31.9	40.5	44.5	46.3
Regiões menos desenvolvidas	21.4	20.0	27.2	34.9	40.6
Países menos desenvolvidos	19.3	17.6	19.7	26.4	35.9
Países em desenvolvimento	21.6	20.3	28.7	37.6	42.8
Africa	19.2	17.6	19.4	24.7	34.9
Asia	22.0	21.0	29.7	39.8	45.4
Europa	28.9	32.7	40.9	45.7	46.8
América Latina e Caribe	19.9	19.8	28.3	40.6	48.1
America do Norte	29.8	30.0	37.7	40.9	44.6
Oceania	27.9	26.4	32.6	37.0	44.1

FONTE: World Population Prospects: The 2012 Revision (2013).

É importante ressaltar que a população idosa não é uma população homogênea. Para cada 100 mulheres com 60 anos ou mais, há apenas 84 homens; e para grupo de 100 mulheres com mais de 80 anos, há apenas 61 homens. (UNFPA, 2012). Além das diferenças de gênero, que ocorrem por fatores ligados aos tipos de doenças e fatores externos que provocam diferentes causas de mortalidade entre os sexos e não serão abordados neste trabalho, como em todas as outras faixas populacionais, existem discrepâncias de nível educacional, nível de renda, saúde e etnia, por exemplo. Não é viável implementar políticas generalistas para resolver os inúmeros desafios do crescimento dessa parcela da população,

devido a diversidade de características que ela apresenta, como em todas as outras faixas etárias. No entanto, considerando a dificuldade de se caracterizar os diversos grupos, suas demandas, necessidades, etc. é importante que o Estado cumpra o papel de adotar a melhor política possível considerando suas possibilidades e limitações.

Na II Assembléia Mundial sobre Envelhecimento, realizada em 2002 na Espanha, foi instituído o Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento, também chamado de Plano de Madri. Esse plano “conclama por mudanças de atitudes, políticas e práticas, que assegurem a pessoa idosa não ser vista simplesmente como beneficiária de planos de previdência, mas como participante ativa do processo de desenvolvimento [...]” (UNFPA, 2012, p. 4). O relatório ainda afirma que existe um “dividendo de longevidade” a ser colhido pelas gerações atuais ou futuras. Aqueles que envelhecem com qualidade de vida, podem trazer diversas contribuições no âmbito da política, empreendedorismo, educação, entre outras atividades. Além disso, os idosos, em muitos casos, contribuem ativamente para a renda doméstica das famílias.

Existe ainda um grande número de lares com o chamado “intervalo geracional”, constituídos por crianças e idosos, principalmente no campo. (UNFPA, 2012, p. 6). Os mais velhos dão assistência financeira e não financeira a filhos e netos adultos que, na maioria dos casos, foram deixados pelos pais que migraram para as cidades em busca de trabalho.

Com relação às migrações internacionais, a ONU apresenta certa cautela devido à dificuldade de medir e estimar seus valores. Segundo a Organização, a qualidade dos dados varia entre os países, e os movimentos estão muito condicionados a questões socioeconômicas, políticas, entre outros efeitos muito voláteis, que geram movimentos de curto prazo. Mesmo com essas ressalvas, estima-se que as migrações irão declinar gradualmente após 2050 até chegar à zero no final do século. (ONU, 2012).

### 3.4 A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL

Os países desenvolvidos, em geral, primeiro se tornaram ricos e depois envelheceram. No Brasil esta ocorrendo o contrário. (BANCO MUNDIAL, 2011).

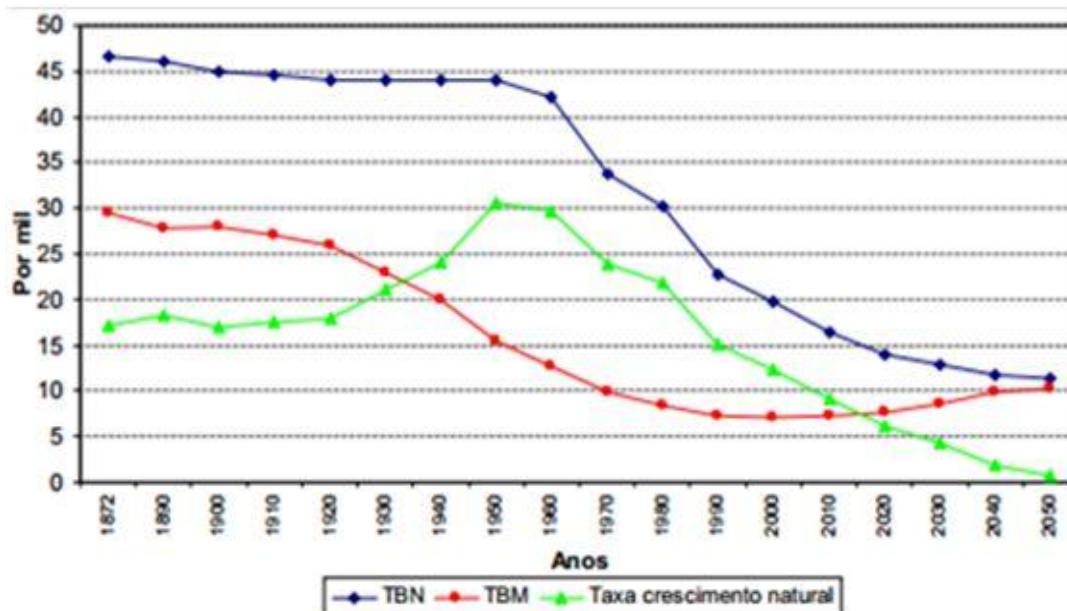
A transição demográfica no Brasil e nos países em desenvolvimento em geral, esta ocorrendo de forma muito mais veloz do que nos desenvolvidos, principalmente no que se refere à queda da taxa de fecundidade. Enquanto o Brasil diminuiu sua taxa de três para dois filhos por mulher em dezenove anos, a Europa experimentou queda similar em sessenta anos. (BANCO MUNDIAL, 2011).

Essa queda brusca da natalidade ocorreu em um ambiente de liberdade de escolha, principalmente, por perda de influência religiosa, ao contrário de países como a China, que implementou no final da década de 1970 um forte controle de natalidade, com a Política do Filho Único.

Entre os anos 1940 e 1960 a população brasileira experimentou um declínio significativo na mortalidade e, a partir da segunda metade da década de 1960, iniciou-se a rápida transição da natalidade. (WONG; CARVALHO, 2006). Isso coloca o Brasil em uma fase intermediária da transição demográfica, onde as taxas de mortalidade já reduziram consideravelmente, mas a taxa de natalidade ainda é relativamente alta se comparada a dos países que já concluíram sua transição.

Segundo Alves (2008), a taxa bruta de mortalidade (TBM) passou de 30 óbitos para cada mil habitantes em 1872 para 7 por mil entre 1990 e 2010. Já a taxa bruta de natalidade (TBN) começou a cair na segunda metade dos anos 1960 e não parou até então. Conforme se observa no gráfico abaixo, a interseção entre as duas taxas deverá ocorrer na metade do século quando, segundo projeções da ONU, a população brasileira deve se estabilizar com 250 milhões de habitantes (ALVES, 2008). Esse ponto representa taxa de crescimento nulo e marca a quarta fase da transição e fim do bônus demográfico.

FIGURA 4 - TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL: 1872-2050

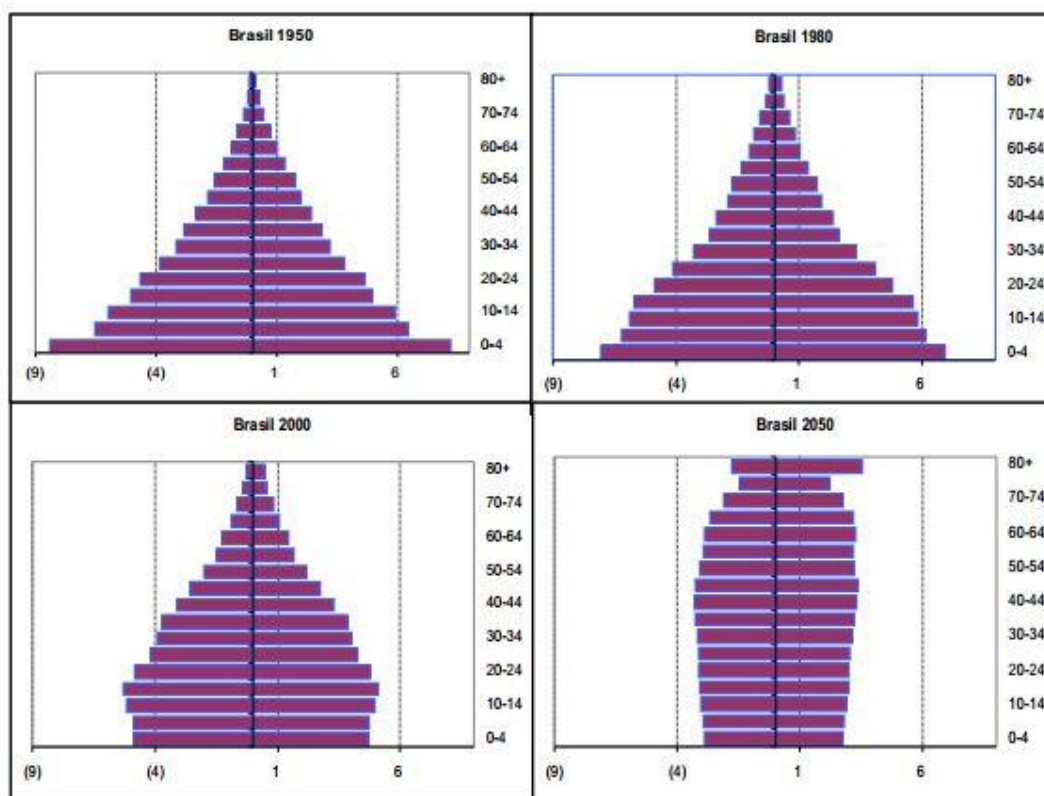


FONTE: ALVES (2008)

A taxa de mortalidade apresenta redução ao longo dos anos e volta a crescer a partir dos anos 2000, devido em grande parte ao processo de envelhecimento da população, com o aumento do número de idosos e conseqüente aumento de óbitos. Já a natalidade apresenta uma queda brusca a partir da década de 1960 e começa a se estabilizar a partir de 2050. É possível perceber que a taxa de crescimento natural da população, medida pela diferença entre a TBN e a TBM, tende a zero na metade do século, ou seja, crescimento populacional nulo.

A figura 5 mostra a mesma evolução através das pirâmides etárias das décadas de 1950, 1980, 2000 e 2050.

FIGURA 5 - PIRAMIDES ETÁRIAS BRASILEIRAS: 1950, 1980, 2000 E 2050



FONTE: ALVES (2008)

Entre 1950 e 2000, o estreitamento da base foi significativo e ao longo desses 100 anos haverá uma considerável redução da população economicamente ativa. Quase tão discrepante quanto as bases das pirâmides são seus topos ao compararmos o ano de 1950 com a projeção realizada pelo IBGE para o ano de 2050. Haverá uma predominância de mulheres idosas, onde aquelas com mais de 80 anos serão em número superior ao de nascimentos de mulheres na metade do século. É possível perceber uma alteração significativa na razão de dependência entre jovens e idosos, onde esta última aumenta consideravelmente com relação à primeira.

É claro que, tratando-se de um dos países mais populosos do mundo, a transição não ocorre de forma homogênea entre suas diferentes regiões e, além dos fatores regionais, existe também a interferência das migrações, principalmente interna, com destaque para o êxodo rural. Esse na maioria dos casos é

caracterizado pela saída de população jovem do campo para a cidade, provocando um envelhecimento populacional na zona rural.

Existe hoje no Brasil uma urgência em adotar as políticas públicas corretas para permitir o aproveitamento dos dividendos demográficos antes que a janela de oportunidade se feche. Como já foi dito, o bônus pode ser desperdiçado caso não haja estrutura para comportar suas conseqüências, como uma economia aquecida com oferta de postos de trabalho, e segundo o Banco Mundial: “[...] quanto mais se adia a reforma, maior será sua necessidade, e mais drástica ela terá que ser.” (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 19).



## 4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Nas seções anteriores, verificou-se que a transição demográfica no Brasil esta ocorrendo de forma acelerada e que o bônus demográfico pelo qual o país está passando exige a adoção de uma série de políticas públicas adequadas para que seja possível usufruir dos dividendos demográficos. Do contrário, o país sofrerá com o aumento do peso do sistema previdenciário e a carência de contribuintes, novos ingressantes no mercado de trabalho despreparados, maior demanda por serviços de saúde, entre outros.

Essas mudanças precisam ser feitas agora, visto que em meados de 2025 a janela de oportunidades começará a se fechar e os resultados podem demorar a surtir o efeito desejado na sociedade. As políticas públicas também estão condicionadas ao ciclo político no Brasil, de quatro anos, fato que pode representar um entrave na adoção de medidas necessárias, porém impopulares. Brito afirma:

Caso a economia esteja estagnada ou com um crescimento baixo, predomine a informalidade no mercado e as políticas públicas mantenham fortes desequilíbrios fiscais e previdenciários, as janelas de oportunidade demográficas podem passar despercebidas. (BRITO, 2007, p. 39)

Segundo Brito (2007), existem três fenômenos considerados decisivos para a formulação de políticas públicas: a redução do peso relativo da população jovem; o aumento do grau de envelhecimento da população; e o aumento na proporção e no volume da população em idade ativa até 2050.

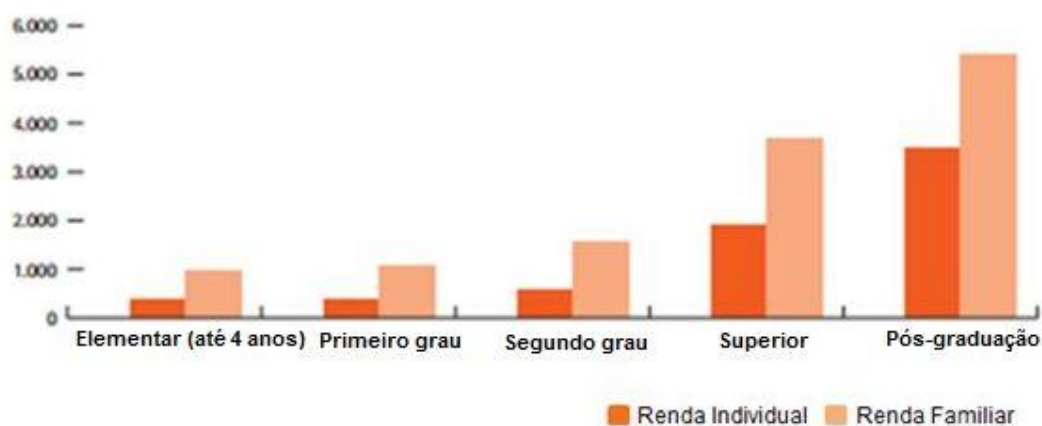
Esta seção mostra os principais desafios a serem enfrentados nos campos da educação, previdência social e mercado de trabalho para que o bônus demográfico possa ser aproveitado e para que o país possa ter um desenvolvimento sustentado, sem sofrer as conseqüências negativas desse envelhecimento acelerado.

## 4.1 EDUCAÇÃO

A queda expressiva na natalidade que vem ocorrendo desde a década de 1960 tem como consequência a redução da parcela de crianças e jovens da população. As coortes entre 5 e 19 anos só tenderão a decrescer após 2020, quando alcançarão seu tamanho máximo. (BRITO, 2007). Portanto a demanda potencial para o ensino fundamental e médio irá diminuir, gerando uma oportunidade única para investir na qualidade do sistema de ensino.

Estudos mostram que o nível de escolaridade afeta diretamente a renda do indivíduo e também a renda familiar. “Em 2002, um indivíduo com nível médio incompleto tinha 17,6% de probabilidade de estar desempregado. Ao completar o ensino médio, suas chances de desemprego caíam para 10,9%. E caso tivesse o superior incompleto, era de apenas 5,4%.” (EDUCAÇÃO E CONJUNTURA<sup>3</sup>, 2004 apud IPEA, 2006, p. 2). Segundo o IPEA, para a esmagadora maioria da população, sua renda será determinada pelo investimento feito em educação. (IPEA, 2006).

FIGURA 6 - RENDA INDIVIDUAL DE TODAS DE TODAS AS FONTES E RENDA FAMILIAR DE PESSOAS COM DIVERSOS NIVEIS EDUCACIONAIS



FONTE: IPEA (2007)

Se até a década de 1980 o país conseguiu crescer mesmo com uma educação precária devido a situação econômica interna e mundial, agora, em um

<sup>3</sup> EDUCAÇÃO E CONJUNTURA. Empregabilidade do Jovem Brasileiro, p. 3, set. 2004.

mundo onde a tecnologia muda constantemente, uma educação de qualidade é imperativa para que os indivíduos consigam se inserir e se adaptar ao mercado de trabalho.

Existem no Brasil diversos bons exemplos no sistema de ensino, no entanto o país ainda convive com uma enorme desigualdade regional na sua distribuição. (IPEA, 2006). Essa desigualdade se mostra também no nível de acompanhamento escolar dos mais pobres e menos pobres. Segundo o IPEA, os mais pobres freqüentam escolas piores, e quando isso não ocorre, eles têm mais dificuldade de aprendizado. A desigualdade vai se perpetuando ao longo do sistema e aumentando a divisão social. Estudantes das áreas rurais também enfrentam um enorme desafio para prosseguir os estudos devido as dificuldades com a distância, carência de transporte, merenda escolar e estrutura.

Dados mostram que ao longo do período escolar o número de jovens e crianças que abandonam a escola, principalmente pobres, cresce consideravelmente:

Um aspecto particularmente importante de nosso sistema educacional é que virtualmente todos entram na escola, mas somente 84% concluem a 4ª série e 57% terminam o ensino fundamental. O funil se estreita ainda mais no nível médio, no qual o índice de conclusão é de apenas 37%, sendo que, entre indivíduos da mesma coorte, apenas 28% saem com diploma. (IPEA, 2006, p. 10).

Em função dessa diferença de aprendizado entre as classes sociais, Brito (2007) afirma que os jovens pobres devem ser o objetivo fundamental das políticas públicas para permitir sua mobilidade social, do contrário, o país estará reproduzindo a pobreza. Essa questão é de fato um ciclo vicioso. O jovem pobre tem a necessidade de trabalhar para contribuir com a renda familiar, tornando mais difícil a sua manutenção na escola, provocando a evasão. Em conseqüência, temos um jovem desqualificado para o mercado de trabalho, que terá uma renda menor e provavelmente não será um contribuinte da previdência social.

Muito desse atraso na educação foi de certa forma herdado de Portugal. Enquanto a Europa como um todo já se aproximou da universalização da escola

ainda no século XIX, em 1900 quase 70% dos brasileiros eram analfabetos, bem como 2/3 da população portuguesa. (IPEA, 2006). No entanto não cabe agora olhar para as causas desse atraso, e sim para a oportunidade de reverter essa estatística. Hoje a população brasileira possui um bom nível de alfabetização, no entanto, o número de analfabetos funcionais ainda é muito elevado.

Outro problema enfrentado pelo país foi a grande expansão do investimento no ensino superior em detrimento da educação de base. O crescimento do número de universidades federais ao longo do século XX foi enorme, enquanto o ensino médio ficou estagnado ou até mesmo atrofiado por mais de duas décadas, fato que prejudicou o ingresso de estudantes nas universidades. Os gastos por aluno no ensino fundamental público são 1/10 do que se gasta com universidades, freqüentadas pelos 40% mais ricos. (IPEA, 2006). Apenas nos anos 1990 é que houve uma revolução no ensino básico a fim de tentar equilibrar o sistema.

No entanto o aumento do número de ingressantes não reflete qualidade do sistema de ensino, que ficou ainda pior com a “explosão de matrículas” no período. Se no passado as dificuldades eram mais quantitativas, agora elas passam a ser qualitativas:

No fundo pode ser que o maior problema de todos, no caso do ensino superior, seja a fragilidade da preparação com que os alunos lá chegam. Universidades e faculdades não tem problemas de infraestrutura física; não tem problemas de encontrar mais mestres, doutores ou pessoas com experiência docente no mercado de trabalho. Mas o nível dos alunos que ingressam no superior é o reflexo direto da pobreza dos níveis anteriores. (IPEA, 2006, p. 51)

Esse problema se reflete na população economicamente ativa do país, responsável pela geração de recursos, investimento, e que fomenta o crescimento, composta por cerca de 93 milhões de pessoas com média de sete anos de escolaridade, em escolas de baixa qualidade. Optou-se por quantidade em detrimento da qualidade. “Em qualquer série, um jovem brasileiro tem um nível de competências educativas que corresponde aproximadamente a um europeu médio com cinco anos a menos de escolaridade.” (IPEA, 2006, p. 94).

O começo prematuro no mercado de trabalho, principalmente entre as classes menos favorecidas, faz surgir uma tendência no sistema educacional: a procura por cursos de educação e treinamento. Para compensar a má formação no ensino básico, a procura por cursos de aperfeiçoamento cresce como forma de adaptação as mudanças tecnológicas que exigem cada vez mais formação profissional. (IPEA, 2006). Esses cursos proporcionam ao profissional uma formação que ele não obteve no ensino básico.

O Brasil já deu um passo rumo à solução do problema educacional: a universalização do sistema, ou seja, o aumento da oferta de vagas supre praticamente toda a demanda atual. Cabe agora aproveitar a redução do número de crianças e jovens como um todo para investir em qualidade, motivar os profissionais, investir nas escolas rurais e principalmente no ensino médio em geral, combater as disparidades de aprendizado entre ricos e pobres e a evasão escolar. Como já foi dito, essa parcela de jovens entrará em breve na população em idade ativa e eles serão os idosos do futuro. É importante que todos estejam inseridos no mercado de trabalho formal, tenham mobilidade social e participem ativamente como contribuintes do sistema previdenciário, para evitar a reprodução da pobreza e aumentar a qualidade de vida na terceira idade.

#### 4.2 PREVIDÊNCIA SOCIAL

O sistema de previdência, social e privada, é um dos mais afetados no processo de envelhecimento da população. A idéia de seguridade social é prestar auxílio não apenas para aquele que se inseriu no mercado de trabalho, mas para todos que não podem ou não conseguem encontrar meios de sustento pelo trabalho. (IPEA, 2006). Para Brito (2007, p. 31), “A situação social de parte da população idosa do Brasil será insustentável no futuro, se continuar a depender, como agora, de transferências maciças de renda originárias de receitas orçamentárias.”

Por um lado o auxílio da seguridade social contribui para a redução da pobreza no país. No entanto, prestar assistência a um número muito superior ao de contribuintes acarreta em gastos expressivos para o governo federal quando

comparados aos demais serviços públicos. O ritmo em que essa despesa vem crescendo ao longo dos anos pode comprometer o equilíbrio financeiro do país sem que se obtenha um retorno significativo na redução da pobreza. Além disso, reduzir a pobreza não significa atender aos mais pobres, e sim aos pobres.

O grande problema da seguridade social no Brasil é que “a universalização dos direitos não veio acompanhada da busca da integração hegemônica da PIA a condição de contribuinte.” (IPEA, 2006, p. 16). Ou seja, a base de contribuintes é muito restrita se comparada ao número de beneficiários do sistema. E nos próximos anos, com o avanço da transição demográfica, essa população de contribuintes (PIA) tende a diminuir, não apenas em termos demográficos, mas também pelo alto número de trabalhadores na informalidade, enquanto a de idosos tende a aumentar.

Brito (2007) propõe uma razão de dependência entre os não ocupados como dependentes dos ocupados. Nessa análise, a porcentagem seria de 161%, ou seja, para cada 100 ocupados, existem 161 não ocupados. Também é possível, segundo o autor, calcular a razão de dependência entre contribuintes da previdência social (34 milhões em 2000) e não contribuintes de todos os grupos etários: para cada 100 contribuintes, haveriam 506 não contribuintes. (BRITO, 2007). Apesar da expressividade desse número, deve-se considerar que esses 506 não contribuintes não são todos beneficiários do sistema previdenciário, pois estão inclusas crianças, jovens e trabalhadores em idade ativa que ainda não recebem nenhum tipo de pensão.

Existe no Brasil uma corrente de pensamento que entende que há problemas graves e estruturais e que são necessárias reformas no sistema previdenciário. Seus defensores afirmam que o problema central são as aposentadorias precoces, sem tempo de contribuição relevante desses trabalhadores. (IPEA, 2006). Ainda na visão desses pesquisadores, nosso sistema desincentiva a contribuição daqueles que recebem remunerações próximas ao salário mínimo (aproximadamente 40% dos trabalhadores). Dessa forma, tanto os que contribuem quanto os que não contribuem irão receber praticamente a mesma coisa. (IPEA, 2006).

Não existe uma idade mínima para a aposentadoria e, além disso, existem outras “falhas” no sistema que podem prejudicar sua sustentabilidade futuramente. A pensão por morte, por exemplo, é tratada mundialmente com base na necessidade

familiar. Já no Brasil, não existe um estudo prévio para avaliar as condições da família, o cônjuge recebe a pensão independente de sua renda, idade, etc. e não precisa comprovar dependência do falecido. Para o sistema brasileiro, o pagamento da pensão é devido porque a pessoa falecida um dia contribuiu para a previdência social. (IPEA, 2006). Existem ainda casos onde há o acúmulo de dois benefícios diferentes, como por exemplo, uma viúva aposentada que acumula a pensão do marido falecido além do seu próprio benefício de aposentadoria.

Na seção anterior, foi mencionado que as políticas públicas referentes aos jovens pobres devem ser objetivo prioritário do estado. Do contrário, elas comprometerão a situação previdenciária no médio prazo visto que esses jovens tendem a serem trabalhadores não contribuintes e futuros dependentes da aposentadoria. (BRITO, 2007). É importante que esses jovens tenham estrutura educacional para se inserir no mercado de trabalho formal.

O IPEA propõe algumas linhas de conduta para os próximos anos:

- Eliminar os benefícios de risco que estejam sendo concedidos para quem não precisa deles. Se a pessoa continua trabalhando, ela não está incapacitada.
  - Fazer valer critérios para a incapacidade parcial
  - Monitorar as atividades das empresas e o sistema de saúde para evitar situações de insalubridade ou perigo
  - Manter registros mais rigorosos referentes à filiação a previdência e ao valor pago de contribuição
  - Acumulação de aposentadorias e pensões ou trabalho remunerado sem a fixação de critérios
  - A pensão por morte deve considerar a existência de filhos menores de idade e a capacidade de trabalho da pessoa que ficou viúva
  - Mesmo na presença de filhos, a frequência escolar deve ter monitoramento pelas autoridades responsáveis pelas ações sociais para assegurar a manutenção de uma pensão.
- (IPEA, 2006, p. 55-56)

Existem várias controvérsias com relação à sustentabilidade do sistema previdenciário no Brasil. Alguns autores afirmam que não há um déficit na previdência enquanto outros apontam que são necessárias mudanças em caráter de urgência para diminuir a pressão fiscal que ele impõe. O importante ao abordar o assunto é colocar que o envelhecimento da população irá pesar sobre esse sistema, independentemente dele ser sustentável ou não. Em alguns anos o aumento da população idosa e redução da população em idade ativa (base de contribuintes) irá

exigir mais da seguridade social. Caso a situação econômica do país não seja favorável, é provável que a pressão que ele exerce nas contas do governo será mais relevante. O cumprimento de algumas das linhas propostas pelo IPEA não exige uma reforma radical no sistema e pode aliviar consideravelmente seu peso.

#### 4.3 MERCADO DE TRABALHO

Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o início da vida laboral se dá aos 16 anos e se encerra aos 65. Existem diversos fatores que afetam as idades de entrada e saída do mercado de trabalho: educação, renda, condição no domicílio, composição das famílias, legislação, ciclos econômicos, grau de urbanização, mortalidade, estado conjugal e fecundidade. (IPEA, 2006).

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2003, a maioria dos ingressantes no mercado de trabalho tinha menos de 24 anos. Em 2001, 6,8% das crianças menores de 15 anos estavam no mercado de trabalho. (IPEA, 2006). A entrada no mercado de trabalho no Brasil é muito precoce e é, em muitos casos, uma das causas da evasão escolar.

A transição demográfica acarreta um menor crescimento dos grupos mais jovens com relação aos mais velhos, o que provoca o envelhecimento da PIA. A idade média desse grupo passou de 35,2 anos em 1980 para 37,1 em 2000. (IPEA, 2006).

Fato a se destacar é que em 2000 a entrada na PEA ocorria mais tarde, e num nível inferior, ao que se observava em 1980. [...] Por outro lado, as taxas de saída profissional aumentaram entre 1980 e 2000 nas idades de 43 a 64 anos, reforçando o que já foi visto anteriormente que é a redução do período laboral. O resultado é que em 1980, 45% dos aposentados tinham menos de 60 anos e essa proporção aumentou para 56% em 2000. (IPEA, 2006, p. 32).

Na composição da oferta de trabalho futura, deverão predominar grupos de idade média e o aumento da participação feminina.

Por volta de 2025 o país atingirá a mais baixa razão de dependência total, ou seja, ocorrerá um aumento relevante da PIA com relação aos grupos de crianças e



idosos. Isso pode ser considerado positivo para a economia visto que essa é a população que poupa, produz, investe e contribui com impostos e para a previdência. No entanto, o aumento da PIA também aumenta a necessidade de geração de novos empregos, fato que pode aumentar a instabilidade social ou econômica com o aumento do desemprego caso a situação econômica do país não esteja aquecida para proporcionar uma ampliação na oferta de vagas. Para que o país possa usufruir dessa vantagem demográfica, é necessário que a poupança se transforme em capital produtivo no lugar de se esvair através do capital financeiro. (BRITO, 2007).

Para estimular o ingresso de trabalhadores no mercado formal, onde eles tomam o papel de contribuintes do sistema previdenciário, Brito (2007) sugere uma redução dos encargos trabalhistas que teria como contrapartida, uma redução dos encargos fiscais, indispensáveis ao financiamento das políticas de renda para a população menos favorecida.

É possível afirmar que esses três pilares: educação, previdência social e mercado de trabalho, estão altamente relacionados entre si. Caso um trabalhador com baixa escolaridade esteja inserido no mercado informal, por exemplo, ele não será contribuinte da previdência social, porém beneficiário. Sua renda será, em média, menor do que a de um trabalhador com alta escolaridade, e sua família possuirá renda inferior da mesma forma. O investimento em educação proporciona que os filhos desse trabalhador não sigam o mesmo caminho e encerrem o ciclo vicioso no qual ele estava inserido.

## 5 CONCLUSÃO

Desde o século XVIII a questão demográfica já era fortemente debatida entre os pensadores da época. Apesar de seu pessimismo e da utilização de dados inconsistentes, Malthus é considerado até hoje referência quando o assunto é crescimento populacional. Sua teoria deu origem aos neomalthusianos, com a explosão demográfica que sucedeu a Segunda Guerra Mundial, já no século XX. Ao contrário da visão negativa apresentada por Malthus, o Marquês de Condorcet antecipou já naquela época, o fenômeno da transição demográfica que viria acontecer anos depois em grande parte da Europa. O francês foi categórico ao afirmar que os avanços da medicina proporcionariam uma redução da mortalidade e que a racionalidade do ser humano provocaria uma redução da natalidade, o que de fato aconteceu.

O fenômeno da transição demográfica, ao alterar a composição populacional dos países, exige uma série de adaptações nas políticas públicas a fim de reduzir as pressões fiscais provocadas pelo aumento na demanda dos setores previdenciário e de saúde. Nos países desenvolvidos, essa transição ocorreu de forma gradual e foi acompanhada de um progresso sócio econômico que minimizou seus efeitos negativos. Mas mesmo esses países, sofrem atualmente com as limitações provocadas pelo aumento do contingente idoso e a pressão da população contra reformas no sistema previdenciário.

No Brasil, e nos países subdesenvolvidos em geral, a transição demográfica ocorre de forma muito mais rápida do que foi vivenciado pelos desenvolvidos, principalmente com relação à queda abrupta da taxa de natalidade. Isso torna o desafio desses países muito maior uma vez que as estruturas de apoio não se desenvolveram na mesma velocidade.

O bônus demográfico pelo qual o país está passando é uma grande oportunidade para aumentar a qualidade do sistema de educação de base e dessa forma, qualificar os jovens que ingressarão no mercado de trabalho nos próximos anos. O aumento da população em idade ativa com relação aos grupos dependentes proporciona um aumento nos níveis de poupança, investimento e ganhos de

produtividade, condicionada a uma boa situação econômica geral. Assim, será possível usufruir dos dois dividendos demográficos.

Quando se fala de previdência social, são apontadas algumas inconsistências como, por exemplo, o duplo recebimento de benefícios e ausência de uma idade mínima para aposentadoria, fatos inexistentes em países com sistemas de seguridade social bem consolidados. É notória a contribuição da seguridade para a redução da pobreza no Brasil e sua relevância na composição da renda de muitas famílias. No entanto, a partir de 2050, razão de dependência da população idosa se tornará muito mais acentuada e o período de bônus demográfico se encerrará. Caso não sejam adotadas medidas de correção agora, o país sofrerá com o peso orçamentário desse sistema. É importante aumentar a base de contribuintes, com a redução do trabalho informal, que esta diretamente vinculada à melhor qualificação dos trabalhadores através de uma educação de qualidade.

As políticas de educação, previdência social e aquelas ligadas ao mercado de trabalho estão amplamente relacionadas entre si quando o assunto é transição e bônus demográfico. Elas precisam caminhar juntas para favorecer o aproveitamento do bônus e viabilizar o crescimento sustentável do país a fim de minimizar as dificuldades que já são sentidas devido à transição mais veloz se comparada aos países desenvolvidos. Se um desses pilares não funcionar, as consequências afetam os outros dois e comprometem o crescimento sustentável do país.

## REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D. A polêmica Malthus versus Condorcet à luz da transição demográfica. **Escola Nacional de Ciências Estatísticas**. Rio de Janeiro, n. 4, p. 1-56, 2002. Discussão.

ALVES, J. E. D. **A transição demográfica e a janela de oportunidade**. São Paulo, 2008. Disponível em: <  
[http://www.braudel.org.br/pesquisas/pdf/transicao\\_demografica.pdf](http://www.braudel.org.br/pesquisas/pdf/transicao_demografica.pdf)>. Acesso em: 11/03/2014.

ALVES, J. E. D.; VASCONCELOS, D. S.; CARVALHO, A. A. Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho. **Textos para discussão Cepal – Ipea**. Brasília, n. TD 1528, p. 1-36, Dez. 2010. Discussão.

BANCO MUNDIAL. **Envelhecendo em um Brasil mais Velho**. Washington, DC, 2011. Disponível em: <  
[http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1302102548192/Envelhecendo\\_Brasil\\_Sumario\\_Executivo.pdf](http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1302102548192/Envelhecendo_Brasil_Sumario_Executivo.pdf)>. Acesso em: 15/03/2014.

BRITO, F. *et al.* **A transição demográfica e as políticas públicas no Brasil: Crescimento demográfico, transição da estrutura etária e migrações internacionais**. Secretaria de Assuntos Estratégicos, n. Cadernos NAE 7, Belo Horizonte, Março 2007. Disponível em: <  
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais-1/catalogo/orgao-essenciais/secretaria-de-assuntos-estrategicos/a-transicao-demografica-e-as-politicas-publicas-no-brasil-crescimento-demografico-transicao-da-estrutura-etaria-e-migracoes-internacionais/view>>. Acesso em: 05/05/2014.

BRITO, F. A transição demográfica no contexto internacional. **Textos para discussão Cedeplar-UFMG**. Belo Horizonte, n. 317, p. 1-29, 2007. Discussão. Disponível em: <  
<http://econpapers.repec.org/paper/cdptexdis/td317.htm>>. Acesso em: 01/03/2014. Discussão.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. O período pós-laboral: Previdência e assistência social no Brasil. In: Ipea. **Brasil: o estado de uma nação**. Rio de Janeiro, Paulo Tafner, editor, 2006. p. 447-509. Disponível em: <  
[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5535](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5535)> Acesso em: 20/03/2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Educação no Brasil: Atrasos, Conquistas e Desafios. In: Ipea. **Brasil: o estado de uma nação**. Rio de Janeiro, Paulo Tafner, editor, 2006. p. 119-228. Disponível em: <  
[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5535](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5535)>  
Acesso em: 20/03/2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. A oferta de força de trabalho brasileira: tendências e perspectivas. In: Ipea. **Brasil: o estado de uma nação**. Rio de Janeiro, Paulo Tafner, editor, 2006. p. 67-118. Disponível em: <  
[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5535](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5535)>  
Acesso em: 20/03/2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Políticas públicas de emprego, trabalho e renda no Brasil. In: Ipea. **Brasil: o estado de uma nação**. Rio de Janeiro, Paulo Tafner, editor, 2006. p. 395-446. Disponível em: <  
[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5535](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5535)>  
Acesso em: 20/03/2014.

KRELING, N. H. O envelhecimento do trabalhador impõe novos desafios às políticas públicas. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, vol. 38, n. 1, p. 47-62, 2010. Disponível em: <  
<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/issue/view/159>>.  
Acesso em: 12/04/2014.

MALTHUS, T. R. **Ensaio sobre a População**. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os Economistas).

UNITED NATIONS. **World Population Prospects: The 2012 Revision**. New York, vol. 1, p. 1-463, 2013.

WONG, Laura L. Rodríguez; CARVALHO, J. A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, vol. 23, n. 1, p. 5-26, Jan/Jun 2006. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-30982006000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982006000100004)>.  
Acesso em: 05/05/2014.

ZANON, R. R.; MORETTO, A. C.; RODRIGUES, R. L. Envelhecimento populacional e mudanças no padrão de consumo e na estrutura produtiva brasileira. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, vol. 30, supl. 0, p. 1-23, 2012. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982013000400004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982013000400004&script=sci_arttext)>. Acesso em: 01/05/2014.